

**Instituto de Investigaciones Gino Germani**

**VI Jornadas de Jóvenes Investigadores**

**10, 11 y 12 de noviembre de 2011**

Mauro Leno Silvestrin

Mestrando PPGAS/DEAN-UFPR - Universidade Federal do Paraná – Curitiba/Brasil

Mauroleno\_cs@hotmail.com

Eje 3. Protesta y conflicto social. Prácticas de organización y procesos de transformación

**A militância pró legalização da cannabis e o movimento social Marcha da maconha Brasil**

**– apontamentos de um fazer militante entre a política e o mercado**

## **A militância pró legalização da cannabis e o movimento social Marcha da maconha Brasil – apontamentos de um fazer militante entre a política e o mercado**

*Mauro Leno Silvestrin – PPGAS/DEAN-UFPR*

### **Resumo**

Originado do final da década de setenta do século XX, o movimento social em torno da mudança de paradigma legal da Cannabis Sativa no Brasil sempre sobreviveu de iniciativas esporádicas e localizadas. No começo deste século - e com o advento da internet - uma nova geração de militantes tecnologicamente equipados inicia - através de manifestações surgidas em um fórum da web sobre cultivo caseiro de cannabis - a Marcha da Maconha Brasil, movimento aglutinador de instituições as mais diversas. Deve-se a ele o mérito de implantar, de forma pioneira, uma agenda política e um calendário de eventos públicos em torno da maconha, bem como permitir a profissionalização de parte da militância em interface com um mercado consumidor do que denomino cultura cannabis. A partir da abordagem de redes de movimentos sociais, pretendo investigar especificamente como se organizam estes militantes “profissionais” no que diz respeito às suas relações com os demais militantes e organizações, bem como com outras instituições - ONGs, governos e órgãos oficiais, policiais, judiciário – envolvidas na formulação de políticas sobre drogas. Parte preponderante da atuação destes militantes se dá na e através da internet que, aliada as tecnologias de informação, se tornou fomentadora de demandas democráticas nem sempre possíveis na arena política estabelecida e ajudou a colocar, definitivamente, a cannabis na pauta do dia.

### **Introdução**

A maconha (*Cannabis Sativa L.*) é a planta/droga mais consumida no mundo, por suas finalidades recreativas, segundo relatório do escritório para drogas e crime organizado da Organização das Nações Unidas (UNDOC/ONU). É também uma das plantas com relação mais longa com a humanidade, estando entre as primeiras a serem domesticadas e cultivadas, tornando-se - nas hábeis mãos do homem - alimento, vestuário, panaceia para diversos males, fonte e instrumento de êxtase e de experiências místico religiosas. Proscrita em um processo que remonta menos de 150 anos, os esforços em prol de sua erradicação – no marco da War on Drugs – têm se revelados infrutíferos, uma vez que a oferta no mercado aumenta junto com a demanda, enquanto os preços despencam a cada relatório.

A reboque deste processo de proibição, que, no caso específico da cannabis, ocorreu no Brasil em 1934 e no mundo em 1964, surgiram também, ainda na década de 60, diversos movimentos postulando a não criminalização da cannabis e dos hábitos a ela associados, ou, em países onde a planta já se encontrava legalmente proscrita, postulando a mudança deste paradigma legal. Foi assim também no Brasil, quando, em fins da década de 70, começou a esboçar-se um movimento pró legalização da maconha. A imprensa alternativa foi a primeira a

chamar a atenção para tal demanda<sup>1</sup>, e logo surgiram grupos organizados (poderíamos dizer proto politicamente) em torno dela no Rio de Janeiro e em São Paulo. A cannabis se tornou, na pré-Constituinte, uma das demandas a serem englobadas entre as tantas reivindicações dos movimentos sociais reprimidos durante o governo militar. No entanto, ao contrário das demandas do movimento negro, de mulheres ou de comunidades tradicionais, a legalização da cannabis não foi incluída no texto constitucional e, até o final do século, o movimento pró legalização – se é que neste período já se possa chamá-lo assim - foi marcado por manifestações esporádicas e pela descontinuidade de suas ações.

Na primeira década deste milênio, no entanto, começa a se estruturar uma modalidade de militância que, aliando a luta política à criação e exploração de um mercado para o que denominam “cultura cannabis”, tem na internet e nas novas tecnologias de comunicação o seu instrumento organizacional, sua plataforma comunicativa, seu modo de divulgação e proselitismo. Além disso, a criação de pequenos empreendimentos voltados à criação – e conseqüentemente, à promoção – desta cultura cannabis permitiu que muitos destes militantes encontrassem nesta sua fonte de renda, podendo assim, no que Melucci chamou de “criação de novas profissões”, dedicarem-se em tempo integral (ou como preferem alguns de meus interlocutores, profissionalmente) à luta pró-legalização da cannabis e a seus negócios.

Tais militantes, em associação a organizações as mais diversas, conseguiram, de forma pioneira, estabelecer um calendário de manifestações e eventos pró maconha no Brasil inteiro, posto que sua organização policéfala e horizontal faz com que a marcha seja organizada localmente, por instituições locais, embora as discussões se deem em âmbito nacional. Isto faz com que, mesmo em cidades onde não exista um movimento organizado, este tenha que se estruturar, ao menos minimamente, para a execução da Marcha. E somente as novas tecnologias comunicacionais e as novas formas de organização surgidas com elas poderiam dar conta de estruturar, ao mesmo tempo, as redes de organizações e indivíduos - características das sociedades em rede - em um movimento nacionalmente articulado.

Antes, porém, de passarmos à análise desta modalidade de militância - a qual considero a novidade e objeto maior deste ensaio – é necessário porém uma breve explanação sobre a cannabis no Brasil e sua criminalização, bem como sobre o movimento que se formou, desde a década de 70, para fazer frente à esta. Ou seja, é necessário pensar as formas de organização e práticas dos “antepassados” das atuais militantes para conhecermos melhor como se estruturam e quais relações estabelecem entre si e com a sociedade em geral.

---

<sup>1</sup> Em especial o Jornal O Repórter, do Rio de Janeiro. Com manchetes provocativas como ‘Maconha no pacote para combater a inflação’ e ‘Banco do Brasil financia Maconha’, faz a defesa de uma “liberação parcial” da planta. As reportagens sobre os plantadores de cannabis do Rio São Francisco, no sertão pernambucano, e sobre os males da guerra contra a maconha são históricas e culminam com uma reportagem premonitória, mas cujo fantasma paira sobre nós até os dias atuais: “fumar maconha está deixando de ser crime no Brasil”.

## A lógica torta da proibição

Muito se discute sobre a suposta origem africana da cannabis no Brasil. Embora alguns autores – em especial os partilhantes de visões higienistas do começo do século passado – tenham se empenhado em imputar ao negro a introdução do hábito de se “fumar as sumidades floridas da planta *cannabis sativa*” (Dória, 1951:21), estudos mais recentes não só põe em xeque esta perspectiva como demonstram que o uso já difundido da cannabis enquanto matéria prima no velho mundo levou Portugal a estruturar no Brasil Feitorias Reais de linho-cânhamo<sup>2</sup>, a fim de suprir a demanda do império ultramarino Português pelo vegetal, cuja resistência permitiu a ultrapassagem da navegação de cabotagem, restrita em sua mobilidade, pelas ricas, prodigiosas e conquistadoras aventuras além-mar. Não se pode, portanto – como o fizeram discípulos de Gobineau e Lombroso<sup>3</sup> – associar o hábito de fumar maconha a uma “suposta vingança” dos negros privados de sua liberdade, contra seus captores “mais avançados em civilização”<sup>4</sup>, sob risco de cristalizar ainda mais a associação “preto-pobre-maconheiro-marginal-bandido” (McRae & Simões, 2000:20).

Independente do veículo de entrada da cannabis no Brasil, fato é que em 1830 seu uso estava de tal maneira difundido que suplantava os usos tradicionais no Nordeste e em demais comunidades rurais para alcançar os estratos pobres urbanos, o que motivou a primeira lei proibitiva da cannabis no contexto mundial. Uma postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro proibia o “Pito de pango” e punia o vendedor com multa e cadeia – embora por curto período - e o comprador apenas com a primeira.

A parte este pioneirismo, foi só no século XX que se iniciou o processo de criminalização da cannabis no Brasil e no Mundo. Deste processo, participaram ativamente intelectuais brasileiros, especialmente os oriundos da Faculdade Baiana de Medicina, em sua maioria discípulos de Nina Rodrigues. Durante a Conferência de drogas em Xangai, 1914, o médico brasileiro Pedro Pernambuco, instado a falar, apresenta um relatório onde - tratando do uso de maconha pelos negros nordestinos - equipara os “perigos do vício” da cannabis aos do ópio, no que é seguido pelo representante do governo egípcio e seu parecer sobre o haxixe.

---

<sup>2</sup> A maior parte das experiências foi mal sucedida e acabou em revolta dos escravos negros contra seus feitores. Ver BENTO, Cel. Claudio Moreira. *Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu (1783-89 Localização)*. Canguçu – RS: Academia Canguçuense de História, 1992.

<sup>3</sup> As idéias higienistas em voga na Europa – e de cuja fonte beberam quase todos os pensadores sociais da virada do século XX – colocavam a miscigenação e os hábitos da população negra – ou qualquer outra população não ocidental – como possíveis impedimentos aos projetos nacionais que se deslindavam. Desta forma, o uso de maconha, difundido especialmente entre os negros e pobres, é abordado quase sempre através de um viés patologizante, que o coloca como uma das causas da degenerescência da raça negra e, concomitante, do projeto de nação brasileira.

<sup>4</sup> “A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe faria rever talvez as areias ardentes e os desertos sem fim da sua adorada e saudosa pátria, inoculou também o mal nos que o afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstrutiva.” (Dória, 1951:37)

Finda a reunião, a cannabis está inclusa no rol de substâncias a serem alvos de medidas repressivas. Em 1934 a proibição vira lei em terras tupiniquins – embora sem muita efetividade até o fim da Segunda Guerra -, e com o Marijuana Tax Act, aprovado nos Estados Unidos em 1937, se inicia uma cruzada que pretendia, em seus objetivos, a erradicação da planta em questão. Tal intolerância para com a cannabis carregava em seu bojo mais do que os medos dos possíveis efeitos deletérios da planta: era também, e principalmente, um meio de controle das minorias, tanto aqui quanto lá fora. Por aqui, o que preocupava os teóricos da época era a integração do negro na república nascente. E, como bem o sabemos, este processo se operou a fórceps, com constantes violências físicas e psíquicas que ainda hoje moldam a experiência das “gentes de cor” brasileiras. Lá fora, o que preocupava os americanos, além da crise de 1929 e a brutal recessão que a seguiu, era a forte imigração mexicana. Sob boatos de que os “chicanos” estavam cruzando a fronteira, dotados da força sobre humana da marijuana, para tomar os já faltantes empregos americanos, criou-se, na opinião pública, um ambiente favorável a leis criminalizadoras de tais hábitos relacionados aos imigrantes. Assim, o mexicano flagrado em posse de maconha era imediatamente repatriado, sem direito a defesa.

No entanto, quando, em 1934, a cannabis é proibida no Brasil, tínhamos, à época, mais coisas a se preocupar: o país vivera uma revolução, o mundo se reconstruía de uma e já gestava a próxima guerra. A proibição existia, mas, fora do Rio de Janeiro, era pouco efetiva<sup>5</sup>. Só retornaria ao debate em princípios do pós guerra, debate este pautado pelas posturas proibicionistas que previam a erradicação do cultivo e do consumo. Assim, se estruturam no Brasil os conselhos estaduais e federais de entorpecentes, que começam a sistematizar as ações contra a cannabis. A repressão recrudescceu e se expandiu, e como meio de controle de minorias “incômodas”, se revelou muito eficaz. Mas também gestou, em especial com a contracultura, o movimento social que viria a se posicionar contrário à criminalização da cannabis.

### **Breve histórico da luta pró cannabis no Brasil**

No ano da proibição em escala mundial (1964), o Brasil também vivia um momento crítico. Um golpe militar destituiu o presidente eleito, e os breves anos de sopro democrático se acabavam deixando natimortas demandas por direitos civis que ameaçavam, de forma incipiente, se expressar. O consumo de cannabis já era bem difundido entre a juventude urbana

---

<sup>5</sup> No mesmo Rio de Janeiro pioneiro na proibição, até os anos 50, a maior parte das apreensões de maconha se dava no âmbito dos cultos afro brasileiros, outro alvo preferencial das campanhas repressivas. O “batuque”, assim como o “fumo-de-Angola”, fazia parte de um repertório de práticas negróides que deveria ser, senão eliminado, ao menos controlado de forma atenta. Tal política justificou, até tal data, a existência de um Delegacia especial de Repressão aos tóxicos, charlatanismo e baixo espiritismo.

do Brasil, e só viria a se acentuar com os movimentos da contracultura<sup>6</sup> e do movimento estudantil contra a ditadura.

A força reivindicatória que exerceria a "revolução cultural" dos anos 60 sobre o simbolismo do uso da maconha, em quase todo o Ocidente, marcou a inclusão do "jovem" num mundo até então concebido quase exclusivamente como habitado pelos bandidos denunciados pela imprensa. A partir dessa década, o costume de fumar maconha deixou de ser apanágio das camadas pobres e marginalizadas e ganhou amplitude entre segmentos da classe média urbana. Nos anos que se seguiram à implantação do regime militar autoritário no país, o uso da maconha adquiriu a conotação de busca por um estilo alternativo de vida, uma expressão de liberdade de pensamento e sensações, praticada por grupos de jovens. (McRae & Simões, p. 23)

A maconha se torna, além de droga de preto ladrão, droga de comunista revolucionário e o seu equivalente inverso - na visão veiculada pelos meios de comunicação sobre a juventude da época - o hippie alienado<sup>7</sup>.

Passados os piores anos de chumbo, e com o aceno de abertura democrática representado pela anistia aos exilados políticos, em 1978, chegavam com estes as reivindicações, atualizadas para o contexto brasileiro, dos movimentos sociais europeus: ecologia, pacifismo, feminismo, liberdade sexual, direito ao aborto, liberação da maconha. (Pessoa Jr., p.150) Importante lembrar que os primeiros movimentos antiproibicionistas mundiais datam do final dos anos sessenta. Em 1967, um manifesto internacional pela legalização é assinado, entre outros, pelos Beatles. Na década de 70, proliferam as organizações atuantes neste campo na Europa e nos Estados Unidos, e surgem as primeiras revistas de cultura cannábica. Vidal considera que o momento inicial na criação de um movimento pró cannabis no Brasil se deu em 1976, quando estudantes da USP reuniram cerca de 400 pessoas em um debate sobre o tema. (Vidal, p. 36) São, portanto, movimentos contemporâneos que, em certos momentos, dialogam entre si, com intercâmbio de informações e estratégias.

Em junho de 80, a primeira manifestação pública pela descriminalização da maconha foi um debate na faculdade de filosofia da USP. Participaram, entre outros, o Dep. João Batista Breda, o músico Jorge Mautner, o poeta Jamil Haddad. Com as eleições em 1982, as primeiras desde a abertura política, algumas candidaturas arriscaram levar o tema adiante. Caso de Caterina Koltai, em São Paulo, o músico Luiz Galvão, na Bahia, o defensor público Lizi Vieira,

---

<sup>6</sup> O fato é que a versão médico-policial se impôs como verdade oficial no assunto, e foi em contraposição a ela que os novos usuários da cannabis na década de 60 em diante, vindos das camadas médias urbanas, procuraram elaborar representações e práticas alternativas para revalorizar e justificar o uso da maconha. Tal elaboração, entretanto, não passou por uma recuperação dos contextos tradicionais de uso da erva no Brasil -já irremediavelmente diluídos na associação com a malandragem e o banditismo - mas, sim, pela absorção do ideário cosmopolita da "contracultura" que então se esboçava nos países do Primeiro Mundo (cf. Henman)(McRae e Simões, p.25)

<sup>7</sup> Setores do Estado ditatorial logo reconheceram na utilização da erva uma atitude de rebeldia, uma contestação cultural à ordem e ao regime vigentes (Lins e Silva, 1985; Henman, 1982). Passou-se então à edição das severas "leis antitóxicas" que englobaram a maconha. (McRae & Simões, p.23)

no Rio e Beaco Vieira, em Santa Catarina<sup>8</sup>. Neste mesmo ano, foi realizado na PUC-SP, um evento pró legalização que reuniu 200 pessoas e, segundo Vidal “resultou no que pode ser considerado o 1º Manifesto Brasileiro pela legalização da Cannabis. O documento pedia a descriminalização total da Cannabis, do seu uso, posse e cultivo para consumo próprio”<sup>9</sup>.

A esta época, podemos situar dois movimentos pró legalização se estruturando, um em São Paulo, outro no Rio de Janeiro. O Congênere carioca deste movimento de estudantes da USP e da PUC-SP era expresso, entre outros, no coletivo Maria Sabina, que, reunindo jovens intelectuais cariocas – em sua maioria procedentes das carreiras de Ciências Humanas, Sociais e do Direito – organizou, em 1983, o I Simpósio Carioca de estudos sobre a Maconha, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, que contou, nos seus cinco dias, com uma média de audiência de 300 pessoas. Em um debate multidisciplinar, participaram nomes como o já referido Juiz Álvaro Mayrink, Chico Junior, Emanuel Leão, Gilberto Velho, Yvonne Maggie, Lizt Vieira, Michel Misse, Técio Lins e Silva e o futuro governador do estado do Rio de Janeiro, Nilo Batista, que atualmente assessora juridicamente o movimento Marcha da Maconha.

Ainda em 1983, a Associação Brasileira de Antropologia lança carta pública onde pede a total legalização da cannabis. A cannabis parecia se firmar como uma das demandas legítimas a serem englobadas pela constituinte que se avizinhava. Várias personalidades se colocavam abertamente a favor de uma nova norma legal para a cannabis, e algumas prisões famosas não deixaram que o tema saísse das pautas jornalísticas<sup>10</sup>. Porém, em uma lacuna passível (e merecedora) de avaliação mais detalhada - o que não será, devido a brevidade de tal comunicação, feito aqui – a questão da legalização da cannabis não é contemplada entre os temas na Constituição Federal de 88, ao contrário de outras reivindicações de movimentos sociais surgidos no mesmo bojo, como o movimento negro e o homossexual. Estranhamente, a década de 90 parece representar um vácuo no debate pela legalização. Compartilho com Vidal a sua apreciação de Mundim(2006), no que se refere à uma ausência – com relação aos movimentados anos 80 – do debate na década posterior. Com as gratas exceções das sucessivas legislaturas do Dep. Fernando Gabeira, das candidaturas de Rogério Rocco e Carlos Minc, e do surgimento e repressão ao grupo musical Planet Hemp, pouco se produziu no debate durante a última década do século XX. Nem mesmo o verão do apito<sup>11</sup>, em 1996, conseguiu repercutir na

---

<sup>8</sup> A primeira e o último foram processados por tal atitude, associada à apologia às drogas, mas absolvidos em instâncias superiores.

<sup>9</sup> Assinavam o documento diversas personalidades, entre as quais músicos como Jorge Mautner e Hermeto Paschoal e parlamentares como Fernando Gabeira, José Genoíno e Lúcia Arruda.”(Vidal, p. 36)

<sup>10</sup> Os cantores Paulo Ricardo e Lobão, e o jogador Casagrande, à época no Corinthians, foram alguns dos casos mais proeminentes.

<sup>11</sup> O verão do apito se deu em 1996, como estratégia dos frequentadores do posto 9, conhecido point dos consumidores da erva, em Ipanema, para fugirem da repressão policial. Através da distribuição de apitos para os frequentadores, conseguiu-se que a cada avistamento de forças policiais, se produzisse, em escala, um aviso sonoro para todos os que estivessem incorrendo no delito de consumir cannabis. A polícia passou, então, a reprimir quem portasse apitos.

qualidade das discussões, e o movimento pela legalização da cannabis, tantas vezes desenhado, de forma incipiente, na história recente do Brasil, parecia restringir-se a esporádicas aparições públicas favoráveis ao tema.

Temos, até agora, quinze, no máximo vinte, anos de um movimento pró legalização da cannabis no Brasil. Movimento este formado, em sua maioria, por jovens intelectuais e políticos, que buscavam, via pressão popular, atuação profissional – como Gilberto Velho, em seus estudos sobre o uso de drogas entre camadas médias urbanas no Rio - ou mandato legislativo, alterar o caráter legal a que estava disposta a cannabis sativa.

### **O mercado militante, ou a militância mercadológica.**

25 anos após as primeiras iniciativas antiproibicionistas, o cenário começa a mudar. E contando para isso com o uso maciço da internet, enquanto mecanismo propiciador do desenvolvimento e estruturação de novas demandas políticas. Se até o princípio do novo milênio se podiam destacar dois tipos ideias de militância pró cannabis – o militante intelectual/acadêmico ou o militante político/legislativo – aqui pretendo por em relevo outro tipo de atuação militante: a mercadológica/empreendedora, que através de pequenos negócios virtuais alia mercado e ativismo, replicando um modelo há muito consolidado no velho e no novo mundo desenvolvido. Através da criação, fomento e exploração do que denominam de mercado de “cultura cannabis”, tais militantes auferem rendimentos através do fornecimento de produtos e/ou informações relativas à esta cultura, podendo assim se dedicar, em grande parte, exclusivamente à cannabis, como negócio e militância. Estes três tipos ideais não são, de maneira alguma, excludentes. Antes, é raro encontrar um militante que se dedique exclusivamente a somente um deles.

Mas estes militantes, independente de suas preferências e abordagens, se articulam em torno de um projeto maior, tomado por mim como nó aglutinador das instituições que se dedicam a temática da cannabis: a realização da Marcha da Maconha. Neste sentido, cumpre destacar a fala de um militante sobre o que seria a marcha:

Tivemos um longo e polêmico debate sobre o significado da Marcha. Movimento? Evento? MoviEvento? Até hoje não consegui chegar numa conclusão. (...) É uma tendência ao meu ver (sic) a Marcha ser feita, produzida, por coletivos e instituições que trabalham na temática de drogas, representando um dia de luta e de comemoração.

Quais seriam, portanto, os dois momentos iniciais da consolidação da maconha enquanto objeto de atuação de um movimento social organizado, neste início de século? Arrisco dizer que a realização da primeira Marcha da Maconha e a criação do site Growroom, ambos ocorridos em



2002. A Marcha da Maconha - iniciativa brasileira conjugada à Global Marijuana March<sup>12</sup> e aos protestos organizados em maio no mundo todo, não logrou o êxito esperado em sua primeira edição, organizada, meio a sopetão, por uma ativista portuguesa. Mas tornou-se um momento emblemático que retomado anos depois, viria a ser o aglutinador de diversas iniciativas e organizações referentes ao tema. Porém, é ao Growroom que se referem os militantes quando questionados sobre o elemento fomentador do movimento. O site, primeiro fórum brasileiro sobre o cultivo de cannabis, e atualmente o maior em língua portuguesa – com cerca de 35.000 assinantes – foi iniciativa de um designer carioca que, em contato com amigos de colégio alemães e em seu período de faculdade na Alemanha, tomou conhecimento da miríade de produtos e revistas sobre “cannabis culture” existentes no velho e no novo mundo desenvolvido. Sendo também cultivador, enviou convites a outros growers brasileiros, que conhecia de outras plataformas, e passaram a compartilhar experiências que não se restringiam ao cultivo, posto que propusessem ao debate também experiências sociais, sensoriais e políticas referentes ao hábito de consumir cannabis.

Neste período, surgem também outras organizações e atores, como o site Psicotropicus, e a loja de artigos de cultura cannabis La Cucaracha, em pleno posto 9 de Ipanema. A partir das discussões sobre o aspecto legal e político da maconha surgidas no Growroom e articuladas por estas diversas instituições nascentes, iniciou-se a articulação de um movimento pró legalização que teria, a princípio, no resgate da Marcha da Maconha seu momento dialógico máximo com a sociedade nacional<sup>13</sup>. Portanto, a partir de 2005 – mas com êxito real (embora incipiente) somente a partir de 2006 – a Marcha da Maconha amplia sua área de alcance, e se espalha por diversas capitais do Brasil.

Em 2008, um momento crucial ocorre quando, em nove das dez cidades onde estavam previstas manifestações, estas são impedidas judicialmente e seus participantes coagidos a não comparecerem. Esta criminalização do movimento<sup>14</sup> – operada por alguns setores do judiciário, em especial as instâncias estaduais do Ministério Público – foi alvo de duras críticas por parte de

---

12 Em 1999, quando a Reunião da Onu para a revisão das políticas de drogas reiterou a utopia em torno de um mundo livre das drogas e manteve os esforços militares e políticos para a consecução de tal objetivo, ocorreu, em San Francisco, na Califórnia, a primeira Marijuana March, evento organizado pela ONG norte americana Cures Not War (Curas em vez de guerras, em tradução livre), sob os cuidados do ativista Dana Beal. Buscando a discussão sobre novas políticas públicas em torno da cannabis, o evento logo se espalhou mundo afora, e em 2002 passou a se chamar Global Marijuana March (GMM), com a participação de mais de 100 cidades no mundo.

13 A Marcha, neste sentido, se constituiria numa

“grande manifestação na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido políticopedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.” (Scherer-warren, 2006:212)

14 Este tema foi alvo de outro ensaio meu. Ver “Baseados na lei ou legalizar o baseado: a atuação do Ministério Público na criminalização do movimento social Marcha da Maconha” apresentado por ocasião da XXVI RBA, em Belém/Pa, no ano de 2010.

órgãos de imprensa, OAB e do próprio Ministério Público Federal. Porém, um dos impactos imediatamente sentidos, resultado desta criminalização, foi um aumento exponencial das visitas nos sites das referidas instituições promotoras da Marcha.

De fato, sites como o da Marcha ([www.marchadamaconha.org](http://www.marchadamaconha.org)) e do Growroom ([www.growroom.net](http://www.growroom.net)) tiveram aumentos substanciais em seus acessos, e conseqüentemente, em seus valores de anúncios, banners, etc. M., carioca, também jornalista, argumenta que, como o objetivo principal do movimento era promover o debate, a proibição foi favorável no momento em questão (2008). Ele, porém, interpreta que o movimento sempre teve boa publicidade, tanto pelos setores repressivos quanto favoráveis da imprensa, e elenca outros fatos que deram visibilidade ao movimento. Mas certamente o fato que gerou maior publicidade ao movimento foi a proibição da marcha. No dia seguinte à prisão dos militantes<sup>15</sup>, o jornal o Globo estampou, frente e verso, o suposto flyer apologético, motivo do encarceramento. O movimento, em meses de preparação, havia conseguido produzir 50.000 flyers para serem divulgados em todo o Brasil. Em um dia, e com uma atuação desastrosa da Polícia Militar carioca, o mesmo flyer foi entregue na porta da casa de um milhão de cariocas.

Tal publicidade operou, assim, um fortalecimento institucional do movimento, e permitiu o surgimento de outras iniciativas, como a loja de artigos para cultivo interno Jardins Urbanos ([www.jardinsurbanos.com.br](http://www.jardinsurbanos.com.br)), inaugurada pouco antes da proibição; o Hempadão ([www.hempadao.com](http://www.hempadao.com)), portal de notícias cannábicas, que usa o sugestivo subtítulo “laricas de informação”; a Rádio Legalize ([www.radiolegalize.com](http://www.radiolegalize.com)), que, segundo seu controlador, toca “músicas que maconheiro gosta de ouvir”; O Fino da Massa, iniciativa do coletivo recifense responsável pela organização da passeata, e que é a pioneira em publicações voltadas para a cultura cannabis, nesta retomada do movimento; a loja Semente de Maconha ([www.sementedemaconha.blogspot.com](http://www.sementedemaconha.blogspot.com)), que vende variedades de sementes para cultivo indoor; além de uma revista, a semSemente ([www.semsemente.com](http://www.semsemente.com), ainda em construção) que no momento está sendo gestada de maneira colaborativa, pelos responsáveis pelo fórum Growroom, pela Rádio Legalize e pelo militante responsável pela loja La Cucaracha ([www.cucaracha.com.br](http://www.cucaracha.com.br)).

Estas iniciativas se fortaleceram e, utilizando de uma das instâncias políticas disponíveis, apelaram ao STF para garantir a legitimidade do movimento, ameaçada pelas seguidas proibições. A decisão histórica do Supremo retirou um pouco da insegurança jurídica dos militantes e instituições proponentes das manifestações, mas não teve o mesmo efeito sobre os negócios virtuais, ainda se equilibrando sob o fio tênue da legalidade/ilegalidade no meio virtual. Atualmente, a Marcha está liberada para ocorrer em todo o território nacional, e pela primeira vez na história do Brasil se conseguiu uma fixidade no calendário de ventos alusivos à maconha e às suas manifestações.

---

<sup>15</sup> Que estavam divulgando a marcha, em maio de 2008.

A partir desta reconstrução histórica da militância contemporânea em torno da cannabis, e com a relação destes empreendimentos ligados à maconha, chegamos ao ponto que me interessa: a gênese de uma modalidade de militância aliada ao mercado, que, explorando pequenos negócios virtuais, contribuem para a criação – em moldes tupiniquins - e o fortalecimento da “cultura cannabis” e de um mercado consumidor para ela. Mas antes de nos atermos sobre as práticas cotidianas destes militantes em especial, é necessário um enfoque teórico a respeito dos movimentos sociais em sociedades pós-industriais ou em redes, para melhor elucidarmos seu modelo organizacional e suas práticas e representações.

### **Construindo movimentos em uma sociedade pós-industrial: o caso da Marcha da Maconha.**

Neste tópico pretendo, brevemente, tecer algumas considerações sobre a ação coletiva e os movimentos sociais em sociedades pós-industriais, afim de, no decorrer destas, exemplificar com passagens de meu trabalho de campo certas questões que se coadunam, e que me fazem incluir o movimento social Marcha da Maconha entre estes movimentos sociais de sociedades complexas<sup>16</sup>, ou como preferiria Melucci, pós-industriais.

Segundo Melucci, os conflitos em sociedades pós-industriais são “caracterizados pela sua relação peculiar com os sistemas políticos e com as formas tradicionais de representação”, trazendo a cena problemas, atores conflituais e formas de ação estranhas à tradição de lutas do capitalismo industrial. Assumindo também formas organizacionais que diferem daquelas dos movimentos do passado, assinalam uma descontinuidade analítica. (Melucci, 2001:95) Para ele, as sociedades pós-industriais estão preocupadas em produzir o que Habermas denominou “natureza interna” (Habermas, 1979). A identidade dos sujeitos deixa de ser um “dado” natural ou uma tradição na qual os indivíduos se reconhecem, para se tornar a possibilidade de controlar a capacidade da ação e a produção de sentido sobre seus pertencimentos, aumentando “as chances de vida como possibilidade de desenvolvimento e auto-realização expressas socialmente como disponíveis”. (Melucci, 2001:89) Não é mais necessário ser um WASP<sup>17</sup> para ter uma vida e escolhas socialmente aceitas e tidas como apropriadas.

O controle da “natureza interna” que vai se produzindo transforma-se em recurso limitado e para a sua reapropriação nascem novos conflitos. De uma parte, os indivíduos exigem participar da formação de sua identidade, da constituição de sua capacidade de ação; de outra, essa identidade é negada e essa capacidade é subtraída pela intervenção sempre mais articulada e difusa dos aparatos de controle e de regulação, que definem as condições, as modalidades e os fins do agir

---

<sup>16</sup>“um movimento concreto é sempre uma realidade histórica complexa e heterogênea. No seu interior encontram-se significados de ação reconduzíveis às diversas categorias analíticas indicadas. Um movimento opera no interior de diversos sistemas organizativos, situa-se em um ou mais sistemas político, age em uma sociedade histórica na qual coexistem diversos modos de produção. A sua ação envolve, portanto, uma gama de problemas, de atores, de objetivos.” (Melucci, 2001:44)

<sup>17</sup> White Anglo-Saxonian Protestant.

individual e coletivo. Em torno da reapropriação do sentido da ação, da capacidade mesma da ação, se constituem os novos conflitos. É como se, além dos objetos específicos, aquilo que está em jogo nos conflitos emergentes fosse a possibilidade de reapropriação do sentido e da motivação da ação. (Melucci, 2001:90)

Uma vez que em sociedades com alta densidade de informação, a produção não diz respeito somente aos recursos econômicos, investindo também em relações sociais, símbolos, necessidades individuais, identidades, etc, é necessário, por parte dos movimentos sociais, uma “intervenção crescente sobre processos relacionais e sobre sistemas simbólicos”. (Melucci, 2001:79) O que está em jogo é o poder de representação, e a arena se constitui nas diversas instâncias políticas onde se desenrolam processos decisórios para a alocação de recursos. Nas sociedades complexas, tais instâncias se multiplicam além do sistema político em sentido estrito e, uma vez que o poder é um requisito sistêmico necessário ao governo da complexidade, é a ação coletiva que faz com que este sistema político não se feche, que produz inovação e intercâmbio das elites, que “faz entrar na área do decidível aquilo que está excluído, denuncia as zonas de sombra e de silêncio que a complexidade cria”. (Idem, 2001:134)

A presença dos movimentos sociais preenche de conteúdo a área das garantias (*jurídicas fundamentais*), defendendo-as da destruição do poder, reestabelecendo, continuamente, suas fronteiras, impulsionando a participação, além dos limites prefixados do sistema político, pressionando-o para a mudança. (Melucci, 2001:132)

Neste sentido, a participação em movimentos sociais das sociedades complexas significa *tomar parte*, agir na promoção dos interesses e necessidades de um ator, bem como em *fazer parte*, através do reconhecimento da pertença a um grupo e sistema, uma identificação com os “interesses gerais da comunidade”. Melucci trata essa ambivalência do “político” não como uma ameaça, mas como pré-condição para a ação criativa (Melucci, 2001:139)

A democracia, nas sociedades complexas, pode significar somente a criação das condições que permitam aos atores sociais reconhecerem-se e serem reconhecidos por aquilo que são e o que querem ser, isto é, as possibilidades de reconhecimento e autonomia. A democracia é, neste sentido, liberdade de pertencimento, isto é, liberdade para construir espaços sociais de reconhecimento: portanto, liberdade de representação, de exprimir a identidade definida como sistema de representação que permitem mantê-la no tempo.(Melucci, 2001:137)

Assim, o espaço público de representação se torna um dos lócus preferenciais de atuação dos movimentos sociais, tendo como função primordial tornar visíveis e estender para toda a sociedade as questões tomadas como importantes pelos movimentos, permitindo que esta mesma sociedade os assuma como seus, no sentido em que os submeta a negociação, transformando-os em possibilidade de mudança. O conhecimento – deslocado da ideologia, canal privilegiado de manipulação consensual em sociedades complexas – se torna um recurso chave e imprescindível para a ação dos movimentos sociais. (Melucci, 2001:143) E a construção deste conhecimento – que implica capacidade de análise e de comunicação, além de auto-

reflexividade – é justamente o que pretendem meus interlocutores, tanto os que se dedicam ao viés político ou acadêmico de militância, quanto os que empregam seus esforços na consolidação de um mercado para a “cultura cannabis”.

### **A Marcha na rede: como se organizam instituições e militantes, e qual o papel da internet?**

A partir do momento em que determinei, como talvez a grande novidade de meu trabalho, este conjunto específico de militantes e seus empreendimentos, cumpre aprofundar o papel da internet e das tecnologias nesta modalidade de ativismo.<sup>18</sup> Deste modo, destaco alguns fatores que, para melhor entendimento, serão ilustrados com exemplos do meu campo. São eles: a internet como mecanismo facilitador do soerguimento de demandas democráticas que dificilmente – por conta de um populismo legislativo às avessas – se consolidariam na arena política institucionalizada, de partidos, cargos e eleições; a utilização das tecnologias (e da internet) na democratização do acesso à informação e dos meios de produção e veiculação da mesma; E, por fim, a apropriação por parte dos militantes destas tecnologias tanto em sua estrutura organizacional, bem como meio principal de proselitismo ou como forma de sustento, através de seus negócios virtuais. A web também aparece como essencial no processo de criação e institucionalização do movimento, pela facilidade de aproximação de indivíduos em um país tão grande como o Brasil.

o ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (telecomunicação, telepresença) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona). (...) o que nos conduz diretamente à virtualização das organizações que, com a ajuda das ferramentas da cibercultura, tornam-se cada vez menos dependentes de lugares determinados, de horários de trabalho fixos e de planejamentos a longo prazo (Levi, 2010:51)

A internet atua como facilitadora também na articulação dos movimentos sociais em redes de movimentos. Para Beck (2002), o lugar do político na sociedade de risco global não é a rua, mas a televisão, a *Internet* e o mercado. (apud Gohn, 2008:214). Já para Canclini (1996:196), “a expansão das comunicações e do consumo geram associações de consumidores e lutas sociais, ainda marginais, mas melhor informados sobre as condições nacionais e internacionais”. Segundo Scherer-Warren,

Essas articulações (...) se tornaram possíveis porque há meios técnicos que as viabilizam: a Internet e os *e-mails* são práticas cotidianas das redes do novo milênio. Os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais. Conseqüentemente, tem se observado um crescimento expressivo de redes de ONGs e associações, de fóruns e de redes de redes, conforme constatado em nossa pesquisa. (Scherer-Warren, 2006:111)

Para Giddens, o ator, “ao trocar experiências dentro de suas redes sociais podem reapropriar competências na vida diária e, portanto, fortalecer sua própria autoridade em relação às lógicas institucionais”. (Giddens, 1991). As redes de movimentos sociais permitem também que iniciativas

---

<sup>18</sup> Embora reconheça a preponderância da web, não me sinto totalmente a vontade para denominá-los todos (os militantes) de ciberativistas, embora em quase sua totalidade eles exerçam algum tipo de militância via internet. Mas sua manifestação e atuação se dá também nas ruas, em festas, passeatas, promovendo debates e oficinas, etc.

que, sob alguns aspectos, poderiam ser conflitivas, se tornem auxiliares na busca por superação das desigualdades ou em temas chave como a defesa da democracia. Cumpre destacar também o caráter de militância múltipla adotado por muitos dos que se dedicam à causa da cannabis. Alguns militam também no cicloativismo, outros na esfera dos direitos humanos.

Em alguns trabalhos apresentados anteriores, me vi impelido a descrever o modelo organizacional da Marcha da Maconha, para melhor elucidar alguns pontos acerca de como se articulam militantes e instituições que, conjuntamente, a propõem. Descrevi-o como sendo de base decisória horizontal, descentralizada, onde as funções são divididas através de negociações e onde não existem tarefas nem posições hierárquicas específicas. Vemos, na citação abaixo, como esta minha descrição primária põe em relevo alguns dos pontos idiossincráticos dos movimentos de sociedades complexas, conforme proposto por Melucci.

O movimento é composto de unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma boa parte dos seus recursos. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas; informações, indivíduos, modelos de comportamento circulam por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto. A *leadership* não é concentrada, mas difusa; além disso, ela é limitada aos objetivos específicos e diversos indivíduos podem assumir gradativamente papéis de líder, para absorver determinadas funções. (Melucci, 2001:96)

Realçando o caráter policéfalo de tais movimentos, cumpre destacar que no caso da Marcha, o grau de autonomia das unidades diversificadas – que os militantes denominam como “coletivos” – é, além de essencial para a organização de um evento à nível nacional em um país continental como o Brasil, também considerado meio garantidor da democracia e minimizador dos conflitos intra-grupos. Desta forma, a reunião em coletivos organizados e com autonomia permite que cada núcleo decida sobre seus gastos e sobre as suas próprias prioridades de investimento na Marcha da Maconha. Assim, enquanto muitos dos militantes – em maior ou menor grau – fazem doações à Marcha para assegurar sua consecução, uma vez esta assegurada, os investimentos se voltam às necessidades específicas de cada coletivo. Temos, deste modo, o coletivo da Rádio Legalize investindo em cartazes, com sua logo devidamente destacada, ao mesmo tempo em que empresta R\$ 600,00 para a confecção de flyers da Marcha; o coletivo Growroom patrocinando, juntamente com outras doações, o avião que, com uma faixa de divulgação da marcha, sobrevoou a orla da zona sul um final de semana antes do evento, enquanto por outro lado confecciona mil bandeirolas defendendo o cultivo para consumo próprio, sua principal bandeira; o coletivo Hempadão auxiliando no que pode com a marcha em si, mas reservando parte de seus investimentos para divulgação de eventos próprios, como o concurso Miss Marijuana, em sua segunda edição. Os exemplos são muitos e multiplicáveis, mas o que se retira disto é que, através de uma modalidade organizacional descentralizada e envolvendo diferentes atores em diferentes segmentos de atuação, a atomização em pequenos

coletivos surge em meio a um processo de disputas por recursos e poder – político e/ou instrumental – que faz com que perspectivas conflitantes se colidam e se afastem, sem contudo esgarçar mais o tecido social já fágil que as une. É assim que a Marcha da Maconha, enquanto movimento político, se torna um “moviEvento”, como supracitado por um de meus interlocutores, aglutinando em torno de sua organização as mais diversas instituições, e garantindo, através da atuação em redes de movimentos sociais, o necessário e favorável intercâmbio entre as partes.

As redes ao longo da história têm constituído uma grande vantagem e um grande problema por oposição a outras formas de organização social. Por um lado, são as formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Por outro lado, muitas vezes não conseguiram maximizar e coordenar os recursos necessários para um trabalho ou projecto que fosse para além de um determinado tamanho e complexidade de organização necessária para a concretização de uma tarefa. (Castells, 2005:17)

Para iluminar o que pretendo dizer com redes de movimentos sociais, é bom atentar para a emergência da sociedade em rede<sup>19</sup>, tal qual tratada por Manuel Castells e Gustavo Cardoso, entre outros. Não creio que haja um conflito entre os termos utilizados por Melucci para descrever esta sociedade (complexa ou pós-industrial) posto que todos os autores citados concordam quanto ao carácter distinto desta sociedade com relação a da era industrial.<sup>20</sup>

La especificidad que constituye la base material y tecnológica de la sociedad red, es la infraestructura tecnológica y el medio organizativo que permite el desarrollo de una serie de nuevas formas de relación social que no tienen su origen en la Internet, que son fruto de una serie de cambios históricos pero que no podrían desarrollarse sin Internet. Esa sociedad red es la sociedad que yo analizo como una sociedad cuya estructura social está construida en torno a redes de información a partir de la tecnología de información microelectrónica estructurada en Internet. Pero Internet en ese sentido no es simplemente una tecnología; es el medio de comunicación que constituye la forma organizativa de nuestras sociedades, es el equivalente a lo que fue la factoría en la era industrial o la gran corporación en la era industrial. Internet es el corazón de un nuevo paradigma sociotécnico que constituye en realidad la base material de nuestras vidas y de nuestras formas de relación, de trabajo y de comunicación. Lo que hace Internet es procesar la virtualidad y transformarla en nuestra realidad, constituyendo la sociedad red, que es la sociedad en que vivimos. (Castells, 1999)

Tais autores, ao defenderem que é a “sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”, postulam que a emergência de um novo paradigma tecnológico – iniciado nos anos 60, com as novas tecnologias de comunicação e informação - forneceu novas capacidades a velha forma de organização social em redes e colocou nosso mundo em processo de transformação estrutural.

---

<sup>19</sup> “A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (...) É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria.”(Castells, 2005:18)

<sup>20</sup> Aqui caberia uma discussão mais aprofundada, nos termos Eliasianos, sobre a figuração social em oposição à distinção indivíduo/sociedade. Dada a brevidade da exposição, não o será possível.

As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos. E podem, ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua *performance* ao longo de uma rede de componentes autónomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta actividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões. As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de potência (ou redes energéticas) eram as infra-estruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída. (Castells, 2005:17)

Talvez, como supõe Cardoso, estejamos assistindo a reconstrução das instituições e da própria estrutura social, com base nos projetos autónomos dos sujeitos sociais

Esta autonomia (face às instituições e organizações da sociedade) pode ser vista como individual ou como colectiva, neste último caso diz respeito a um grupo social específico, definido pela sua cultura autónoma. Nessa perspectiva, a autonomização dos indivíduos e grupos é seguida pela sua tentativa de reconstruir sentido, numa nova estrutura social, a partir dos seus projectos auto-definidos. A Internet, em conjugação com os *mass media*, ao fornecer os meios tecnológicos para a socialização do projecto de cada um numa rede de sujeitos similares, torna-se uma poderosa ferramenta de reconstrução social(...). (Cardoso, 2005:23)

Tal autonomia permite que grupos específicos – como os defensores da legalização da cannabis – elaborem e coloquem em ação um projeto que, facilitado pela emergência de uma comunicação sem obstáculos, ultrapasse a mediação do sistema de mídias e desafie a política formal. Assim, segundo Castells, cada vez mais os movimentos sociais, nas sociedades pós-industriais ou em rede, se desenvolvem em torno de códigos culturais, de valores. Movimento de mulheres, ecologia, direitos humanos, direitos aos usos do corpo, se tornam proeminentes, e, por difundirem idéias e valores, necessitam da estrutura comunicacional fornecida pela internet para levar a cabo o recrutamento de apoio. Para o autor, enquanto assistimos a uma crise das organizações tradicionalmente estruturadas – como partidos e associações diretamente políticas – vemos também a

emergencia de actores sociales, fundamentalmente a partir de coaliciones específicas sobre objetivos concretos: vamos a salvar a las ballenas, vamos a defender tal barrio, vamos a proponer nuevos derechos humanos en el mundo, vamos a defender los derechos de la mujer, pero no con una asociación, sino con campañas concretas. Es decir, en general, en la sociedad hay un salto de los movimientos sociales organizados a los movimientos sociales en red en la base de coaliciones que se constituyen en torno a valores y proyectos. Internet es la estructura organizativa y el instrumento de comunicación que permite la flexibilidad y la temporalidad de la movilización, pero manteniendo al mismo tiempo un carácter de coordinación y una capacidad de enfoque de esa movilización. (Castells, 1999:3)

Dentre as dimensões fundamentais para a ação destes movimentos (ou atores) sociais, Melucci destaca que o objetivo deve ter caráter geral e influir de forma direta ou indireta na lógica do sistema, no seu modo de definir o desenvolvimento e de intervir na definição de sentido; deve ainda envolver interesses e benefícios correspondentes à experiência direta e ao espaço-tempo da vida cotidiana dos indivíduos<sup>21</sup>; deve também agir em tempos estabelecidos,

---

21“ A solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência quotidiana”. (Melucci, 2001:80)



exigindo mais a coerência para com os objetivos centrais que a identificação com uma organização específica<sup>22</sup>.

Uma vez dados os fundamentos para a ação coletiva em sociedades complexas, é preciso analisar as condições sob as quais se organiza tal ação. São elas:

uma certa difusão de recursos cognoscitivos e organizativos entre os membros e a falta de consistentes desequilíbrios de poder; uma tendência para criar espaços de auto-reflexividade; uma experiência de autogestão dos recursos econômicos; uma orientação “transitória” que vê na organização o instrumento para o alcance de certos fins; a tendência para experimentar, no presente, espaços diretos de controle e de alternativa; a capacidade de produzir novas profissões, sobretudo no terreno simbólico e comunicativo. (Melucci, 2001:141)

Como já citamos, a horizontalidade característica deste movimento e o intercâmbio entre militantes e instituições propicia a difusão do conhecimento e evita o acúmulo de poder por um indivíduo.<sup>23</sup> O modelo e instrumento decisório (a saber, a lista de emails da organização, vigente desde 2005) favorece a auto-reflexividade e permite a manutenção desta solidariedade fragilizada. Mas o que me interessa, sobremaneira, nestas possibilidades e condições para a atuação da ação coletiva está, precisamente, no último tópico da citação acima: a capacidade de produzir novas profissões. Ou, no meu caso, a possibilidade de profissionalização de alguns militantes, através de empreendimentos virtuais e do uso massivo da internet, tornando-se o que denominam de “maconheiros profissionais”.

### **“Tô vendendo erva...”: ou como ganhar dinheiro com a maconha**

Mas quem está inventando esta tão citada cultura cannabis? Quem são os militantes que retiram seu sustento de empreendimentos ligados a esta cultura? Os militantes atuais em pouco diferem, quanto ao contexto sócio cultural, dos militantes pioneiros dos anos oitenta, em sua maioria intelectuais paulistas e cariocas, de classe média, com ensino superior, alguns iniciando carreiras em departamentos acadêmicos relevantes. São também estudantes, jovens intelectuais, de classe média e média alta, principalmente – mas não somente – das capitais fluminense e

---

<sup>22</sup> Pude observar este ponto quando da realização de uma oficina visando a confecção de cartazes para a marcha carioca de 2011. Embora anunciada por trás do nome genérico da Marcha da Maconha, tal oficina se revelou, para mim, obra dos coletivos da Rádio Legalize e do Movimento Carioca pela Legalização da maconha, coletivo a cargo do sociólogo Renato Cinco, também comumente identificado como porta voz da marcha. Mesmo assim, das quinze pessoas presentes em diversas etapas da oficina, somente o militante R., responsável pelo coletivo e pela Rádio Legalize e o já citado sociólogo se identificaram como pertencentes a tais coletivos. Se considerarmos o tempo dispendido em atividades de militância por todos os presentes, realmente apenas os dois poderiam se aproximar de um perfil militante clássico, enquanto outros apenas se engajavam em atividades do tipo em eventos esporádicos. Assim, a militância é assumida mais como uma característica do percurso individual no coletivo que uma escolha de vida.

<sup>23</sup> Devo citar que, no momento, me ateno e persigo um conflito entre os militantes atuais voltados à uma esfera de atuação política e os militantes empreendedores. Os primeiros são acusados por alguns dos últimos de estarem se utilizando da Marcha para arregimentar eleitores, e de tentar controlar o movimento unicamente para satisfação de fins pessoais.

paulista<sup>24</sup>. Em sua maioria, tem entre 23 e 36 anos, (com a idade aumentando no caso dos militantes por via política, passando no exemplo carioca, para a faixa entre os 36 e 55 anos), quase todos com formação de nível superior, dominando uma ou duas línguas estrangeiras, e com acesso disponível, desde cedo, às tecnologias das quais (hoje, em função da militância) se utilizam. Alguns deles tem pais que, de certa forma, são relevantes no contexto político mais amplo, como por exemplo um militante paulista cujo pai e mãe cumpriram funções de secretários municipais no governo de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo; e outro, cuja mãe foi secretária do IRDEB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia). Um dos entrevistados traçou relação entre a luta pela liberdade de expressão e a experiência paterna<sup>25</sup>: “Se meus pais lutaram, foram presos, para poder dizer o que achavam justo, é justo que eu também lute pela liberdade de expressão” (R. 28, jornalista não formado).

Tais militantes, embora residam perto e frequentem locais característicos da juventude urbana carioca, se conheceram, em sua grande maioria, através do supracitado fórum Growroom. Foi através dele que compartilharam experiências sobre o universo da cannabis e sobre a constituição da carreira de usuário, as delícias e perigos nela implicada. Também compartilharam anseios sobre a legalização, tornados ação e postos em movimento. E, e, parte inspirados no sucesso deste fórum, lançaram empreendimentos dedicados a esta seara. Deste modo, também se pode dar o crédito de pioneirismo no lançamento de uma cultura cannabis em nosso país, que, segundo meus interlocutores, é a simples tradução do termo “Cannabis culture”, significando, em sua essência, tudo o que pode ser relacionado ao universo da maconha: desde parafernália para seu uso, como bongs, sedas, pipes, blunts e outros, quadrinhos e revistas especializadas, músicas relacionadas à cannabis ou de músicos que dela faziam uso, camisetas e outros acessórios alusivos, até informação a respeito de cultivo para uso próprio, legislação aplicável, etc.

Destacamos como central na definição das instituições propriamente políticas e as voltadas ao consumo – e no princípio de uma separação em termos de solidariedade entre os coletivos que conformam a marcha – a realização de duas marchas em 2005: uma à cargo do extinto Movimento Nacional pela Legalização das drogas<sup>26</sup> e outra coordenada pelo referido fórum mais algumas instituições. A primeira, marcada para uma sexta feira a tarde, no centro da capital fluminense, foi um fracasso retumbante, com apenas oito participantes. No dia seguinte,

---

24 Quase todos são profissionais liberais, como artistas plásticos, designers, psicólogos, jornalistas, advogados, antropólogos.

25 Neste sentido, atentemos para o que diz o jurista Pedro Serrano sobre a criminalização da marcha: “a situação lembra os tempos da ditadura militar, em que protestar contra a existência da Lei de Segurança Nacional era considerado crime contra a Segurança Nacional”.

26 Militante partidário, R. atuou também no movimento nacional pela legalização das drogas (MNLD), sendo candidato a cargo eletivo em 2006, experiência que repetirá agora em 2010. Os outros militantes articulados, à princípio, no braço carioca do movimento, são oriundos, majoritariamente, das camadas sociais mais elevadas da sociedade carioca, e muitos alegam não acreditar na via representativa como possibilidade eficaz de mudança nas leis sobre drogas.

cerca de 300 pessoas marcharam na orla da zona sul carioca, pela legalização da maconha. A partir do entendimento dos coletivos de que a primeira manifestação – imbuída do caráter marxista de marchar para o povo, como dizem jocosamente alguns dos militantes - fracassara, a tomada de decisão, para o ano subsequente, é de que o local privilegiado das manifestações seja mesmo a avenida beira-mar, de preferência passando por Ipanema e outras praias da zona sul. Este deslocamento espacial representa, a meu ver, um ponto extremamente significativo na formulação do movimento tal qual eu o entendo.

Assim, uma marcha com sentido claramente político, de protesto, como a de 2005, foi tornada uma festa, um momento de celebração de uma cultura em torno da cannabis, momento mais de júbilo que de contestação. Do centro financeiro e caótico da cidade para a orla cantada em verso e prosa, a marcha da maconha transmutou-se de movimento político para movimento social econômico, voltado à esfera do consumo<sup>9</sup>. Mas de que consumo se trata? Entendemos os objetos de consumo como a parte mais visível de uma cultura. Segundo Portilho (2009)

Em vez de supormos que são, em primeiro lugar, necessários à exibição pública competitiva, devemos supor que sejam necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura, já que as escolhas e posses materiais, como é amplamente demonstrado por pesquisas etnográficas, carregam significação social. Isso nos leva a considerar o consumo como comunicadores, materializando valores e visões de mundo de seus usuários (Portilho, 2009:203)

A Sociologia e a Antropologia do Consumo argumentam que os bens de consumo, enquanto códigos compartilhados, e portanto, compreensíveis, atuam tanto como reprodução física e biológica quanto como reprodução social e mediação de relações sociais. Desta forma, nos novos movimentos sociais econômicos, consumo é compreendido como um processo social produtor de significados e identidades que nos ajudam a ordenar o mundo a nossa volta, tornando-o compreensível (Douglas & Isherwood, 2006, apud Portilho, 2009:202)<sup>27</sup>.

Segundo Melucci, para poder produzir e consumir, é necessário aos atores sociais que se reconheçam, ou na identidade que estão em condições de construir ou naquela imposta pela multiplicidade de pertencimentos e pelo sistema de regras que o governam. Ou como maconheiro militante ou como maconheiro estigma. Assim, uma sociedade marcada por aparatos de controle acaba por impor identidade, definindo assim o sentido e as orientações da ação individual por meio de processos pontuais de difusão de modelos simbólicos. Assim, para a consecução da militância e do *self* enquanto militante maconheiro, importa obter identificação, regular identidades adaptáveis, funcionais. (Melucci, 2001:80) Deste modo, e segundo Roy Wagner, o homem se torna o xamã de seus significados: “A ambiguidade da cultura, (...)”

---

<sup>27</sup> Neste raciocínio, as escolhas de consumo dizem respeito a experiências concretas de pertença a determinado grupo ou comunidade moral, dentro da qual certas escolhas são consideradas moralmente corretas e superiores a outras, sendo, portanto, uma área de comportamento cercada por regras e valores morais. Neste sentido “decisões como o que comprar, quanto gastar e quanto economizar são, portanto, decisões morais que expressam e produzem cultura”. (Portilho, 2009:203)

coincide com o poder que tal conceito tem nas mãos de seus intérpretes, os quais empregam os pontos de analogia para manejar e controlar os aspectos paradoxais”. (Wagner, 1971:72)

Selecionando um dado modelo, comprando todos os acessórios necessários e colocando-os em prática com diligência, retratamos a imagem de membro de um grupo que aprove tal modelo e o adote como sua marca registrada; isso se torna sinal visível de pertencimento. Tornar-se visivelmente membro de um grupo é portar e possuir os sinais corretos: usar vestes apropriadas, ouvir os discos corretos e assistir aos programas de TV e aos filmes importantes a fim de discuti-los. As paredes do quarto são embelezadas com os adornos específicos do grupo, as noites são passadas em lugares singulares, onde se exibem padrões particulares de comportamento e conversação. (Bauman & May, 2010:235)

Bauman diz, portanto, que estes modelos de comportamento, (que ele denomina de neo-tribos) são, em essência, estilos de vida relacionados a estilos de consumo. Segundo ele “o acesso ao consumo orienta o comportamento no mercado e nos atos de compra de mercadorias. Há poucas coisas que alguém pode consumir sem antes comprar, e esses produtos costumam ser apresentados como os blocos de construção de estilos de vida reconhecíveis.” (Bauman & May)

Portanto, os militantes em questão, ao organizarem esferas de consumo (primeiramente de informação, depois de produtos) em torno da cultura cannabis, alteraram o foco, as demandas e as estratégias do movimento pró legalização, buscando formas inovadoras de ação política, com destaque para o uso do mercado e de mecanismos econômicos na consecução de seus objetivos sociais. Neste intuito, é benéfico atentarmos para o que diz S. 31 anos, antropólogo, a respeito das dificuldades de se estruturar um movimento de cunho somente político em torno da cannabis.

“você não vê, assim a, marcha pelo preço mais barato da cerveja, a marcha pelo fim dos impostos do tabaco. As pessoas tem uma relação com o objeto de consumo de não problematizar, porque ele é um objeto de consumo de prazer. Eu não vou tomar uma cerveja aqui e vamos discutir agora como está o mercado internacional do lúpulo, foda-se, eu vou tomar uma cerveja para começar a falar de futebol. É mais ou menos como a maconha. Ninguém quer fumar maconha pra conversar: e aí, qual é a melhor estratégia pra gente falar com o deputado tal. Pô, você quer fumar pra dizer que gosto bom, e tal, e quanto foi o jogo. Complicado você organizar militância em torno de uma prática de lazer, de consumo. A melhor forma de você fazer militância nessa área é chamar as pessoas para celebrar aquela cultura, pra vir aqui, gritar sou maconheiro com muito orgulho, com muito amor, eu ouço a Rádio Legalize, eu entro no fórum do Growroom, eu compro na Jardins Urbanos e no La Cucaracha.

Esta cultura cannábica, que implica em comprar em determinados lugares, ouvir determinados ritmos e estações, acessar determinados sites, faz com que os bens de consumo sejam usados para marcar, estabelecer e manter relações sociais. Os bens de consumo, dentro desta cultura, são “acessórios ritualísticos (...) utilizados em rituais e eventos sociais para marcar fronteiras e hierarquias, construindo barreiras ou pontes entre pessoas e entre grupos de pessoas.” (Portilho, 2009:202)

Assim, o modo pelo qual foi possível estabelecer, no contexto em destaque, uma militância e um movimento profissional em torno da cannabis sativa foi a associação deste com o mercado, através dos símbolos e bens pertinentes à uma cultura cannábica compartilhada. O

surgimento de negócios voltados a um potencial mercado consumidor<sup>28</sup> ocorreu, de certo modo, de forma espontânea, pois foi verificada por parte dos militantes uma alta demanda por boas informações e produtos referentes à cannabis.

A respeito do surgimento de um mercado voltado para a cultura cannábica, W., pioneiro na questão, acredita que o aparecimento de outras iniciativas se deve ao fato de “estar tudo mais aberto ao diálogo”. Já M. Explicita que

Atividades voltadas ao mercado sempre houveram. As lojas de parafernália existem desde a década de 90, mas o envolvimento delas com a militância aumentou. De um lado houve pressão dos usuários e militantes para haver apoio (já ouvi falar em boicotar essa ou aquela marca, loja, festa), e de outro a diminuição do medo por parte do mercado em debater. Como ainda é "caso de polícia" existe preconceito e medo.

Porém, a parte este preconceito e medo, e conforme demonstra a rápida proliferação de empreendimentos deste tipo – voltados à cultura cannabis -, o movimento social em torno da mudança do paradigma legal da cannabis se estrutura e diversifica suas formas de atuação. Cumpre, através de sua cultura política, o papel de defensor desta demanda ao mesmo tempo em que atua no fortalecimento de tal demanda. E, nos seus modos distintos de proceder e encarar a militância, tenta tomar para si, se reapropriar dos mecanismos de produção da ação e de sentido sobre o mundo e suas alternativas de desenvolvimento. E, postulando uma política pública diferente sobre a cannabis, busca, em última instância, a superação dos graves conflitos sociais causados pela prevalência da ótica proibicionista no tocante à cannabis, ousando postular uma nova abordagem.

A garantia de que na sociedade possam exprimir-se as demandas antagonistas e os conflitos, fundamenta a possibilidade de que as relações sociais sejam modificadas, que a supremacia dos interesses dominantes seja colocada em questão, que as decisões dos aparatos sejam submetidas à fiscalização e à contestação das necessidades coletivas. Uma sociedade capaz de avaliar-se em seus conflitos é também a mais aparelhada para fugir da espiral do terror e da integração manipulada (Melucci, 2001:133)

Forçar esta avaliação da sociedade, conjugada a uma abordagem antiproibicionista no tocante à maconha, é o intento do movimento social a que se dedicou este trabalho. Partindo do entendimento de que a guerra às drogas se revelou uma guerra aos pobres, fracassando em seus objetivos de erradicação, tal movimento demonstra a urgência de se debater (e perseguir o debate) os usos e associações da cannabis sativa, tanto em sua esfera individual como social, em contextos nacionais ou globais, em busca de uma nova postura frente à maconha. Adiar tal debate ou obstruí-lo – como tentaram fazer partes do judiciário em 2008 – significa adiar a possibilidade de solução de um grave problema social – o tráfico de drogas e o abuso das mesmas – incorrendo no risco de continuar a penalizar os já historicamente marginalizados.

---

<sup>28</sup> Segundo os dados do censo de 2001, cerca de 8 milhões de brasileiros fumam cannabis.

## Bibliografia

- Baudrillard, J.. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro, Elfos, 1995.
- Bauman, Z. & May, T. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2010 [2001]
- Bento, C. C. M. *Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu (1783-89 Localização)*. Canguçu – RS: Academia Canguçuense de História, 1992.
- Cancelini, N. G. *Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- Cardoso, G. *Sociedades em transição para a sociedade em rede*. Castells, M. & Cardoso, G. (orgs) A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Belém, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, Belém.
- Castells, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. Castells, M. & Cardoso, G. (orgs) A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Belém, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005, Belém.
- \_\_\_\_\_. Internet e la sociedad red. 1999 In [www.sociologia.de](http://www.sociologia.de)
- Doria, R. *Os Fumadores de Maconha: Efeitos e Males do Vício*. Pessoa Jr., O. & Henmann, A.(Orgs.) Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Ground, 1986. p. 19-38
- Gohn, M. G. *Teorias dos movimentos sociais*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina . CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008
- Levi, P. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Editora 34, São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Que é o Virtual?* São Paulo: Editora 34, 1999.
- Lucena, J. *Os fumadores de maconha em Pernambuco* in Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1951.
- Macrae, E. & Simões, J. A. *Rodas de Fumo – O Uso da Maconha Entre Camadas Médias Urbanas*. Coleção Drogas: Clínica e Cultura. EDUFBA, 2000.
- Magnani, J. G. C. *Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole*. in: Magnani, J. G. C. & Torres, L. L. (Orgs.) Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana. EDUSP, São Paulo, 1996.
- Melucci, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petropolis: Vozes, 2001
- Min. da Educação e Saúde. *A Maconha – Coletânea de Trabalhos Brasileiros*. Dep. De Imprensa Nacional, 1951.
- Mott, L. *A maconha na história do Brasil*, in Henmann, A., Pessoa Jr., O.(Orgs.). Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Ground, 1986. p. 117-136
- Pessoa Jr., O. & Henmann, A.(Orgs.). Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Ground, 1986. p. 19-38
- \_\_\_\_\_. *A liberação da maconha no Brasil*. Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Ground, 1986. p. 19-38
- Portilho, Fátima. *Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados*. Política & Sociedade, América do Norte, 8, out. 2009.
- Scherer-Warren, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais* . Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006
- Silvestrin, M. L. *Baseados na lei ou legalizar o baseado: a atuação do Ministério Público na criminalização do movimento social Marcha da Maconha*, apresentado por ocasião da XXVI RBA, em Belém/Pa, no ano de 2010.
- Vidal, S. *Falta alguma coisa na história da maconha no Brasil e no mundo?* In <http://www.encod.org/info/Falta-alguma-coisa-na-historia-da.html>. Consultado em 13 de setembro de 2010.